





coronelistas e a pertinência das críticas de Paul Cammack; e discutir a problemática do relacionamento entre o cidadão e o Estado, o cidadão e o sistema político e o cidadão e a própria atividade política, na Primeira República.

### CLIENTELISMO E CORONELISMO: FORMAS DE ARTICULAÇÃO POLÍTICA NA PRIMEIRA REPÚBLICA

De passagem para Lorena, passo a dar-lhe conta da situação de minha prima senhorita D. Maria de Barros Pimenta, professora em Quatis, conforme recomendou-me em nosso último encontro na rua do Ouvidor.

Frequentou ella os 4 annos da Escola Normal de Barra Mansa de 1896 à 1900 e foi approvada em todas as disciplinas que foram leccionadas. Foi nomeada professora provisória da escola fluminense n. 9 de Quatis, no município de Barra Mansa, a 17 de Março de 1900 e effectiva a 24 de Outubro de 1901, de accôrdo com o artigo 1 das desposições transitorias do decreto n.º 695 de 18 de Agosto do anno anterior.

A lei n.º 608 de 3 de Novembro ultimo, entre as autorizações que confere ao governo Estadual, inclui a de reformar a Instrução Pública, podendo organizar o quadro geral dos professores e attendendo á boa distribuição das escolas e quanto possível ao principio de antiguidade...

Si, pois, outras regras não existirem nos regulamentos actuais ou na reforma que o

ilustrado Governador vai decretar, penso que nada impede-lhe de collocal-a na cidade de Barra Mansa e, quando isto não seja inteiramente possível, na escola mixta de Tijuca, que é rural neste mesmo município de Barra Mansa.

Faço n'isso o maior empenho, tanto mais que honra o magistério e é filha de um invalido da Guerra do Paraguay o cap.º honorario Antonio Feliciano Pimenta.

*Muito me honrará sua resposta...<sup>7</sup>*

O conteúdo dessa carta, parcialmente reproduzida, enviada a Nilo Peçanha em 1903, poderia tranqüilamente ter inspirado João Ubaldo Ribeiro em sua crônica **O venerável pistolão**.<sup>8</sup> Nela, com uma ironia toda peculiar, este célebre escritor brasileiro escreve:

Poucas instituições no país são tão veneráveis quanto o pistolão e assemelhados. Na carta de Pero Vaz de Caminha, que, como se sabe, inaugurou a nossa vasta correspondência official, já havia um pedido a d. Manuel, o Venturoso (venturoso pras negas dele, dirá um desempregado, em nossos tempos temerários), para favorecer um parente de escrivão da frota de Cabral. E, até hoje, mesmo na empresa privada, o pistolão continua a constituir um dos alicerces de nossa cultura, seja na forma implícita, seja na explícita. A implícita é automática: de cara, ganha a parada o parente ou protegido da pessoa a quem se

R  
E  
V  
I  
S  
T  
A  
D  
E  
H  
I  
S  
T  
Ó  
R  
I  
A  
.  
.  
.  
.  
.  
.  
.  
.  
.  
.  
.  
.  
.



algum tipo de pedido de benefício político nunca fica abaixo de 30%, conforme indica o quadro abaixo<sup>13</sup>. O que, se não chega a constituir maioria, não deixa de ser um índice

que demonstra estarmos diante de uma prática política, de fato, bastante comum e que provavelmente se intensificava em épocas eleitorais.<sup>14</sup>

## QUADRO Nº1

### Cartas Contendo Pedidos de Favores Políticos

ANO	1900		1903		1906		1909	
	ABSOLUTO	%	ABSOLUTO	%	ABSOLUTO	%	ABSOLUTO	%
Uníverson total de cartas enviadas em janeiro/ julho/ dezembro	33	100,0	107	100,0	233	100,0	329	100,0
Cartas com algum tipo de pedido de favor político	11	33,3	48	44,9	123	52,8	128	38,9

Com base nos dados do quadro nº 1 percebe-se que, apesar de Nilo ter sido sempre assediado de forma significativa, tanto no exercício de funções legislativas quanto executivas, os índices de pedidos registrados obedecem a curvas diferentes de evolução. Até Nilo Peçanha tornar-se governador do estado do Rio, em fins de 1903, o número de pedidos segue uma curva ascendente, ao passo que, no período em que ele ocupa a vice-presidência e a presidência da República, a curva torna-se descendente. É razoável supor, para explicar essa oscilação, que, enquanto o oligarca fluminense construía sua máquina política no estado, o atendimento a uma ampla clientela tinha, entre 1900 e 1906, um caráter

fundamental como forma de cooptação política. Por outro lado, o afastamento temporário da política fluminense para o exercício de cargos do Executivo Federal, além de provavelmente ter provocado uma maior filtragem nos pedidos encaminhados, implicou, principalmente, a perda de controle sobre a nomeação para cargos municipais. Assim, entende-se por que, em termos de local de origem, o estado do Rio de Janeiro desponta em primeiro lugar nos pedidos de benefícios. Apenas para o ano de 1909 o percentual fluminense cai para 50. Essa queda, porém, é relativa. Na verdade, o que se verifica é uma maior distribuição geográfica dos pedidos, fato compreensível na medida em que Nilo ascende ao plano político federal.

R  
E  
V  
I  
S  
T  
A

D  
E  
H  
I  
S  
T  
Ó  
R  
I  
A

## QUADRO N° 2

### Distribuição Geográfica dos Pedidos

ANO ORIGEM	1900		1903		1906		1909	
	ABSOLUTO	%	ABSOLUTO	%	ABSOLUTO	%	ABSOLUTO	%
Municípios Fluminenses	8	72,7	36	75,0	69	56,1	64	50,0
Distrito Federal	-	0,0	6	12,5	24	19,5	18	14,1
Outros Estados	2	18,2	2	4,2	13	10,6	40	31,2
Indeterminado	1	9,1	4	8,3	17	13,8	6	4,7

R  
E  
V  
I  
S  
T  
A  
D  
E  
H  
I  
S  
T  
Ó  
R  
I  
A

Além do Rio de Janeiro, o quadro n° 2 registra pedidos oriundos de outros estados – que ocupam o segundo lugar no cômputo geral – e do Distrito Federal. Por outro lado, se levarmos em conta que foram agrupados sob a mesma epígrafe pedidos originários de todas as demais unidades da federação no período, o Distrito Federal sobe para o segundo lugar no ranking do local de origem dos pedidos encaminhados a Nilo Peçanha, o que sinaliza para a ampliação da rede de relações mantida por essa liderança política fluminense com uma clara inserção na capital federal. Os números, contudo, ainda são pouco expressivos para quem tinha aspirações de transcender, de forma definitiva, a política regional e projetar-se no plano político nacional, conforme opiniões abalizadas vêm sublinhando nos últimos anos.<sup>15</sup> Aqui, basicamente, duas hipóteses podem ser aventadas para se explicar essa relativa “timidez” dos índices de pedidos de favor político registrados para o Distrito Federal. A primeira, já enunciada anteriormente, relaciona-se à concentração

da atividade política de Nilo Peçanha, nas duas primeiras décadas do novo regime, no estado do Rio. Ao que tudo indica, na ocasião, sua ação política tinha claramente o objetivo de formar bases políticas sólidas e, a partir daí, alçar vôos maiores. A segunda diz respeito à própria dificuldade de inserção na política federal. Como no período o processo de decisão política estava concentrado nas mãos de São Paulo, Minas Gerais e, em menor escala, do Rio Grande do Sul, eram praticamente vedados espaços para lideranças estranhas ao eixo de poder dominante, que acabavam sendo bastante fustigadas. Além disso, conforme aponta Marcos Veneu, a construção de lideranças políticas no Distrito Federal sempre foi problemática em função de tradicionais disputas locais. A fragmentação das elites cariocas, ilustrada na própria dificuldade de formarem agremiações partidárias estáveis, objeto de estudo do autor, nesse sentido, fazia com que houvesse uma maior mobilidade e autonomia, por parte do eleitorado da cidade, no sentido de buscar







emprestou seu talento para instigar seus leitores na Primeira República a refletir sobre práticas políticas de seu tempo. Em **Os Bruzundangas** ele escreveu:

A Constituição de Bruzundanga proíbe as acumulações remu-neradas, mas as leis ordinárias acharam meios e modos de permitir que os doutores acumulassem. São cargos técnicos que exigem aptidões especiais, dizem. A Constituição não fez exceção, mas os doutores hermenutas acharam uma.

Há médicos que são ao mesmo tempo clínicos do Hospital dos Indigentes, lentes da Faculdade de Medicina e inspetores dos telégrafos; há na Bruzundanga, engenheiros que são a um só tempo professores de grego no Ginásio Secundário do Estado, professores de oboé no Conservatório de Música, e peritos louvados e vitalícios dos escombos de incêndios. Quando lá estive, conheci um bacharel em direito que era consultor jurídico da principal estrada de ferro pertencente ao governo, inspetor dos serviços metalúrgicos do Estado e examinador de candidatas a irmãs de caridade.

Como vêem, eles exercem conjuntamente cargos bem técnicos e atinentes aos seus diplomas...<sup>18</sup>

Se por um lado o funcionalismo de bacharéis é o principal alvo da crítica de Lima Barreto, por outro, na correspondência

de Nilo Peçanha, não são apenas os bacharéis os únicos solicitantes de cargos. A carta a seguir é apenas uma, em meio a uma série, enviada por um missivista aparentemente sem curso superior:

... peço venia para dirigir-vos estas linhas e, pela vez primeira, vos incomodar, pedindo vossa poderosa interferencia em prol de uma protecção que, alcançada trará a minha tranquillidade e grande aproveitamento p<sup>a</sup> minha família, ultimamanete tão sacrificada. Não é muito o que pede quem tanto tem se batido pela República. Sou empregado da Intendência Geral da Guerra, onde exerço o cargo de 1<sup>o</sup> official, que, pela nova tabella é pago com trezentos e cincoenta mil reis mensaes, o que são ainda vencimentos por demais exiguos p<sup>a</sup> quem tem familia e precisa apparecer com certa decencia. Dependendo apenas da sancção presidencial a criação do novo Ministério da Agricultura, em cuja Secretaria os 1<sup>os</sup> officiais ou escripturarios vencerão 500#000 mensaes, aspiro um lugar entre elles e p isso invoco a vossa unica protecção, sob a qual ninguem poderá vencer-me e, convicto de que não mà recusareis desde já beijo as vossas mãos agradecido.<sup>19</sup>

Vale destacar que, embora o conteúdo desta missiva pareça ficção, ele não é

R  
E  
V  
I  
S  
T  
A  
  
D  
E  
  
H  
I  
S  
T  
Ó  
R  
I  
A  
.  
.  
.  
.  
.  
.  
.  
.  
.  
.  
.  
.

produto da pena de expoentes de nossa literatura.

Outrossim, também é comum observar solicitações de promoções que ilustram, em muitos casos, a lógica que regia (se é que deixou de fazê-lo) o acesso a cargos superiores no serviço público, conforme evidencia o depoimento de Antônio Dias Furtado:

[...] Peço licença para mais uma vez me dirigir á V. Exa sobre minha pretensão, pois apesar de ser avesso a incomodar amigos, sou actualmente, nesta emergencia forçado a proceder assim.

Sendo muitos os candidatos à promoção do telegrafista chefe e sendo uma so vaga fica assim justificada a minha importunação. Posso vos garantir que nestas vagas não se tem observado o merecimento, sim quem está mais bem apadrinhado, por isso recorrom-me á V.Exa. que me conhece bem de perto e melhor poderá julgar o meu procedimento.

Tenho 28 annos de serviço e já ha 15 que atuo na 1ª classe sem uma só nota em meu desabono, tendo apenas gosado uma licença nesse longo decurso de tempo, e tendo, além disso, na gestão do Sr Dr Amarante, como encarregado do expediente dirigido todo o districto a contento da Directoria.

Confiado no nosso alto prestigio e na amisade de conterraneo, espero

desta vez alcançar meu desideratum, pelo que eu e minha família hippotecamos desde já nosso eterno reconhecimento [...]<sup>20</sup>

Se mérito e competência, como se pode perceber no depoimento anterior, não garantiam acesso a promoções ou cargos, na base das justificativas para obtê-los estavam, além da afirmação de lealdade e fidelidade política, outros valores cultivados por aquela sociedade em geral, percebidos nas qualidades listadas dos solicitantes. Dentre as mais citadas destacavam-se: ser homem de bem, chefe ou pai de família, caráter sério, de confiança, e um amigo sincero.<sup>21</sup>

Conforme já sublinharam diversos autores, essa lógica de recrutamento e promoção de funcionários do Estado, que privilegiava critérios pessoais em lugar de impessoais, tinha como consequência a desorganização do serviço público, com a formação de uma burocracia muitas vezes desqualificada para o exercício de suas funções.

Por outro lado, apesar de indiscutivelmente predominarem, não são apenas pedidos relativos a cargos públicos os únicos veiculados na correspondência de Nilo Peçanha. Existe uma gama muito grande de pedidos de natureza diversa que vão desde a solicitação para o encaminhamento de petições de setores produtivos até pedidos de proteção para causas não mencionadas nas cartas, apenas lembradas a Nilo, e que muitas vezes aparecem como promessas feitas pelo próprio oligarca. É bastante comum também observarmos o que recentemente conven-

cionou-se chamar de “tráfico de influência”, ou seja, pedidos para que, mediante intervenção favorável de algum agente do governo, fossem realizados negócios envolvendo o Estado, conforme demonstra a carta enviada em julho de 1906:

[...] Soubemos... pelos jornaes da Capital da conferência havida entre os Snrs. Pereira Nunes, Galvão e Lauro Müller e do que parece ter ficado combinado entre os mesmos, causando-nos essa notícia grande surpresa, pois, muito havíamos confiado no compromisso tomado pelo Am<sup>o</sup> para com o nosso sócio Jose Eugenio.

Tendo aqui chegado o D<sup>r</sup>Pereira Nunes, dirigimo-nos pessoalmente ao mesmo afim de nos certificarmos da realidade e soubemos que o mesmo e o Dr. Galvão não tinham sido avisados em tempo da nossa pretensão, conforme o Am<sup>o</sup> nos promettera.

Pela explicação..., comprehendemos mais – que é possível realizar-se a nossa pretensão, dependendo unicamente da vossa annuição...

Confiando ainda uma vez na nossa bôa e velha camaradagem, voltamos á vossa presença afim de solicitar o vosso concurso para a realização do nosso desideratum, porque o Am<sup>o</sup> pôde, nos auxiliando, tambem fazer grande economia para o Governo, pois com a verba para esse fim

destinada, não poderá conseguir vantagens eguaes ás que offerecemos...<sup>22</sup>

Em meio aos mais de trezentos pedidos de favores políticos registrados, alguns merecem destaque. Há o caso, por exemplo, da carta escrita por Coelho Neto, na qual o literato apresenta a Nilo um trabalho de Euclides da Cunha e obtém para o autor de **Os Sertões** a nomeação para lente de Lógica no Ginásio Nacional.<sup>23</sup> Há também um missivista que pede ao oligarca fluminense um cargo em uma repartição ainda não criada, embora afirme também aceitar qualquer outro disponível:

... Vou por esta pedir a V.Ex<sup>a</sup> uma collocação na grande repartição que deve ser fundada por execução do Convenio de Taubaté. Conheço theorica e praticamente todo o serviço que se refere a café e operações bancárias, e considero-me com forças para exercer a m<sup>a</sup> actividade tanto no paiz quanto no estrangeiro, não só pela grande pratica como tambem pelo longo e dilatado estudo que tenho. Poderei tambem exercer qualquer cargo de escriptorio, como simples escrevente, como tambem para redações e traduções, em summa aceitarrei qualquer posto que me seja designado, e fique V. Ex<sup>a</sup> certo que saberei honrar a sua apresentação, e..., serei eternamente reconhecido e grato...<sup>24</sup>

R  
E  
V  
I  
S  
T  
A  
.  
D  
E  
.  
H  
I  
S  
T  
Ó  
R  
I  
A  
.  
.  
.  
.  
.  
.  
.  
.  
.  
.  
.  
.

Não param por aí os benefícios solicitados. Em meio a requisições de licenças médicas, passagens e até vagas em comitivas de viagens oficiais a países latino-americanos, é possível encontrar ainda convites para que Nilo fosse padrinho de batismo<sup>25</sup>, discussões sobre solicitação de verba a fim de socorrer financeiramente a viúva de Arthur Azevedo<sup>26</sup> e até mesmo auxílio à empresa de Rocha Pombo, que escrevia, na época, sua síntese da história do Brasil.

A pergunta que um observador atento poderia fazer é: o que revelam tais pedidos em seu conjunto? Sem dúvida, essa prática de requisição de benefícios, que assume na maioria das vezes contornos de troca de favores entre amigos<sup>27</sup>, junto com a intensa recorrência ao Estado, amplamente divulgada no período, revela importantes aspectos não só da dinâmica política, como da própria concepção de atividade política partilhada por aqueles atores, conforme veremos mais adiante. Por ora, contudo, é importante sublinhar que, subjacente a esse quadro, está uma velha, porém recorrente, discussão, que continua chamando a atenção de cientistas políticos e de historiadores sobre dois fenômenos, até certo ponto relacionados, que muitas vezes são utilizados como sinônimos, embora remetam diferentes modelos explicativos da evolução política brasileira: o clientelismo e o coronelismo. Muitos autores têm cometido a impropriedade conceitual de utilizar os dois conceitos de forma aleatória, conforme sublinhamos anteriormente. Paul Cammack é um deles. No artigo “O coronelismo e o

compromisso coronelista: uma crítica”<sup>28</sup>, esse historiador inglês, com o objetivo de refutar a tese de Victor Nunes, ao conceber coronelismo e clientelismo como sinônimos, defende uma interpretação da evolução política brasileira no mínimo curiosa. A princípio ele critica a premissa feudalista de Nestor Duarte, segundo a qual o feudalismo teria dominado os três primeiros séculos da história nacional, pouco mudando após a independência – o que significa dizer que o poder político se encerrava nas mãos de quem detinha o poder econômico e, conseqüentemente, sendo a ordem privada antagônica e hostil ao Estado como poder público, ela teria governado durante todo o período imperial e ainda predominaria na década de trinta do século atual.<sup>29</sup> Ao contestar esse modelo interpretativo, Cammack indiretamente supõe o inverso, ou seja, a fraqueza dos grandes proprietários frente ao Estado. Caminha, nesse sentido, para o modelo Patrimonialista de Faoro. Em seguida, porém, e este é o grande problema de sua análise, o historiador defende para a Primeira República a existência de um sistema representativo dos interesses dos proprietários rurais<sup>30</sup>, o que, em termos de coerência, deveria seguir a premissa feudalista de Duarte. Insistir na fraqueza do senhorio rural perante o Estado e daí deduzir a existência de um Estado representativo desse mesmo senhorio rural é no mínimo algo estranho. Conforme chama a atenção José Murilo de Carvalho, do ponto de vista teórico, a postulação do patrimonialismo implica a derivação de um estilo político baseado na cooptação, no





essa questão é elucidar três quesitos: de que forma os pedidos eram encaminhados, qual a sua função e, finalmente, quem os fazia.

Pode parecer sem importância, mas faz muita diferença se um pedido é encaminhado de forma direta – em que o beneficiado em potencial é o próprio missivista, ou de maneira indireta – quando quem pede visa ao favorecimento de outrem, o que não exclui a possibilidade de extrair algum benefício com o atendimento do pedido feito. Um exemplo claro do primeiro caso, ou seja, de um pedido direto, é a carta de Francisco Thiago Alves:

Peço permissão para solicitar a V.Ex. a vossa protecção. Não é um estranho que a implora. V. Ex. conhece-me de nome. Fui funcionário publico em Valença, Estado do Rio, nos governos do Exmo. General Quintino Bocayúva e de V.Ex. Fui alli Escrivão do Delegado de Policia, cargo que exerci longos annos, sem remuneração alguma. Agora, pobre, sem emprego, sem protecção vim para a capital procurar um emprego em uma repartição qualquer, embora modesto, mas que baste para manter com decência minha família muito pobre.

Além do cargo que occupei, redigi em Valença, uma folha, o Direito, que foi publicada a primeira vez por occasião da visita de V.Ex. áquella cidade. Nella pugnei sempre pelo beneficio do meo municipio e do Estado, pela política de V.Ex. e do

meo amigo particular, coronel Theophilo dos Santos. Creio, por isso, merecer amparo e protecção de V.Ex., sempre prompto a favorecer os desfavorecidos da sorte.

Lembro a V.Ex. o desejo que tenho de ser nomeado inspector seccional de uma delegacia de policia perto da minha circunscrição, Andarahy...

Certo de que V.Ex. se interessará por um seo dedicado servo e admirador...<sup>39</sup>

Por outro lado, a carta de A. Pimenta, chefe político do município de Itaperuna, representa o que estamos chamando de pedido indireto:

[...] Como sabe fui amigo e companheiro de todos os tempos, pelo que tenho de atender pedidos dos amigos que aqui nos acompanharam nessas occasiões.

Esta vago aqui o logar de porteiro dos auditorios e muitos são os pretendentes; peço ao amigo não tomar compromisso para a nomeação sem indicação minha.

Também está vago o logar de agente do registro de Patrocínio, pelo abandono do emprego por parte do respectivo funcionario João Leopoldo da Silva, o que consta oficialmente na directoria de finanças do Estado, e venho pedir ao amigo o especial obséquio de fazer remover para Patrocínio o agente de Porciúncula José Pereira

R  
E  
V  
I  
S  
T  
A  
  
D  
E  
  
H  
I  
S  
T  
Ó  
R  
I  
A  
.  
.  
.  
.  
.  
.  
.  
.  
.  
.  
.  
.  
.

Brandão e nomear para Porciúncula Fco. Padilha de Figueiredo. Outrossim, tendo o agente do correio desta cidade pedido demissão e indicado uma outra senhora que não tem capacidade para substituir-o, peço ao amigo empenhar-se pela nomeação de minha madrastra Hygina Cordeiro Pimenta visto que tenho meu pae em minha companhia e será um auxílio que terei nesta quadra de difficuldades. Convem que as nomeações que peço sejam feitas antes do dia 12, porque chamaremos ao nosso gremio municipal eleitores do Padilha...<sup>40</sup>

Conforme se pode perceber a partir dessas duas missivas, enquanto na primeira

a relação estabelecida é direta entre Nilo e um cidadão ativo, na segunda existe a presença de um terceiro elemento, o próprio missivista, que funciona como intermediário na transação e para quem o controle do cargo público é mais importante como instrumento de dominação do que como empreguismo. Essa distinção é fundamental pois consubstancia a diferença entre uma prática clientelística, observada na carta de Francisco Alves, e uma prática coronelística verificada na carta do chefe político de Itaperuna. De saída fica aqui comprovado que tanto o clientelismo como o coronelismo estão presentes nas práticas políticas do período. Resta saber qual dessas duas práticas ilumina a forma de articulação dos interesses políticos na Primeira República. Vejamos o quadro a seguir:

#### QUADRO Nº 4

Formas de Encaminhamento dos Pedidos de Favores Políticos

ANO	1900		1903		1906		1909	
	ABSOLUTO	%	ABSOLUTO	%	ABSOLUTO	%	ABSOLUTO	%
Direta	3	27,3	17	35,4	58	47,2	86	67,2
Indireta	8	72,7	31	64,6	65	52,8	42	32,8

Na primeira década do século atual, de acordo com os dados do quadro nº 4, a maioria dos pedidos foram encaminhados de forma indireta. Essa tendência prevalece de forma decrescente até 1906, sofrendo uma inversão de padrão em 1909, ano em que os pedidos diretos passam a predominar.<sup>41</sup>

Note-se que é justamente no período em que Nilo Peçanha está ocupando cargos no Executivo federal e, conseqüentemente, perde grande parte do controle sobre as nomeações municipais, que passam a predominar os pedidos diretos, ou seja, aqueles que denotam práticas clientelísticas.





utilizado na época, de referir-se a um pedido de benefício como favor político. Um favor político não era outra coisa a não ser um auxílio, uma proteção a causas diversas de amigos, que implicava ganhos políticos para ambas as partes envolvidas e não apenas para quem o recebia, já que este contraía uma dívida cuja moeda de pagamento, invariavelmente, era o apoio político ao “provedor”. Esse mecanismo é ilustrado de forma ímpar, a seguir:

[...] Como eu não quizesse continuar a importuna-o, pedi do nosso am<sup>o</sup> Dr. Oliveira Figueiredo o favôr de conseguir p<sup>a</sup> o cargo de Agente do Correio do Desengano, que esta vago, a nomeação de D. Amélia da Costa Telles, e, esse am<sup>o</sup> comunicou-me por carta, que antes de mover-se no sentido de attender a minha solicitação, fôra pedir a sua acquiescencia, o que não havia conseguido por entender o meu am<sup>o</sup> que tal nomeação poderá difficultar o accôrdo que procura estabelecer entre os dois grupos políticos deste município, de um dos quaes, (alias fraco) faz parte o Sn. D<sup>f</sup> Ferraz. [...]. não tendo por enquanto, sido feita a combinação que se tem em vista, é natural que aquelle a quem o D<sup>f</sup> Nilo fêz o favôr de confiar a direção política deste município, não se descuide dos interesses dos companheiros que em todos os tempos lhe tem prestado auxilio nas luctas eleitoraes. O Sr. D<sup>f</sup> Ferraz que,

como sabe, fêz sempre causa commum com os nossos adversarios e que, agora, quando sente-se convicto de que é um derrotado, procura safar-se da condenavel situação em que se collocou não pôde prettender cousa alguma que fira os direitos do am<sup>o</sup> sempre devotado ao governo, como tenho eu sido. E quanto esse discolo não se penitenciar das graves faltas que commeteu no concurso que prestou á causa dos adversarios, com o seu voto, por não ter podido fazel-o com a palavra, deve achar, naturalissimo que os pedidos por mim feitos ao governo sejam acolhidos com preferencia aos delle. Só por completa destituição do senso comum, poderia o Sr. Ferraz, que ainda não professou a nossa fé política, pretender concorrer commigo no conseguimento de favôres do Governo. Pelo exposto, vê o meu am<sup>o</sup> Dr. Nilo que é incontestavel o direito que me assiste de vir pedir-lhe o favor da nomeação de D. Amélia..., sem que esse acto possa embarçar o trabalho meritório em que se acha empenhado de conciliar os grupos políticos do **meu município**...<sup>45</sup>  
(o grifo é nosso)

Conforme se pode perceber nessa carta de Theófilo dos Santos – chefe político do município de Valença –, os fundamentos do coronelismo são desenhados com maestria.





personificado na figura do homem público. Por outro lado, tendo valores morais como fidelidade e lealdade desempenhado um peso destacado no estabelecimento de compromissos no período, é importante investigar os atributos apreciados em figuras públicas pelos cidadãos ativos, ou seja, verificar que tipo de qualidades eram valorizadas em lideranças políticas.<sup>53</sup>

De uma maneira geral, os atributos mais freqüentemente enunciados pelos missivistas e, portanto, valorizados em lideranças políticas na época eram: ser depositário de esperanças e de confiança, destemido, decidido, estimado, cumpridor de seus deveres e gozador de bom prestígio. Quem não possuía semelhantes qualidades, ou seja, era tido como ingrato, sem moral, traidor, negligente com suas obrigações (o que incluía o atendimento aos amigos), conforme afirmava Antônio Bento, “[...] não podia (*sic*) ser um bom político e menos ainda bom amigo.”<sup>54</sup> Nas palavras desse missivista, como se pode notar, mais uma vez é sublinhada a relação amizade/política, corroborando a visão predominante na Primeira República de que a atividade política deveria circunscrever-se a um grupo relativamente restrito de elementos, cauteloso na admissão de novos membros e com fortes veículos entre si, sendo a correspondência de lideranças estaduais como Nilo o melhor espelho dessa cultura política.<sup>55</sup> Na mesma linha, a idéia de que um chefe político municipal deveria ser “[...] um cavalheiro distinto e honrado e não um cavalheiro de industria acostumado a viver de expedientes”<sup>56</sup> exemplifica claramente a

resistência de grupos políticos tradicionais, ligados à propriedade da terra, em aceitar a emergência de outros grupos socio-econômicos na política fluminense, o que, por sua vez, revela um certo traço aristocrático na forma de conceber a atividade política. Para esses atores, só a terra e o cargo público dignificavam.

O quadro traçado até aqui sobre o funcionamento do sistema político já nos permite tecer algumas considerações a respeito da natureza da cidadania no período.

Falar de cidadania, de acordo com T.H. Marshall<sup>57</sup>, significa tratar de direitos sociais (educação, trabalho, salário, saúde, aposentadoria), civis (direito à vida, à liberdade, à propriedade, à liberdade de expressão e organização) e políticos (direito de participar do governo, votar e ser votado) já que são esses seus elementos constitutivos.

Tomando esse modelo como referencial, pode-se afirmar que na Primeira República o processo de construção da cidadania na sociedade brasileira estava no seu estágio inicial. O novo regime inovou ao instituir o sufrágio universal, ainda que acompanhado por sérias restrições ao efetivo exercício dos direitos políticos, mas não se pode dizer o mesmo com relação aos demais direitos. Por outro lado, depois de séculos de escravidão e décadas de voto censitário, dificilmente se poderia esperar mudanças significativas nesse campo sem que fossem também processadas transformações na estrutura da sociedade brasileira.

Apesar de assegurados na Carta de 1891, os direitos civis e políticos – já que os sociais só seriam conquistados em períodos

R  
E  
V  
I  
S  
T  
A

D  
E

H  
I  
S  
T  
Ó  
R  
I  
A

·  
·  
·  
·  
·  
·  
·  
·  
·  
·  
·

posteriores – constantemente foram burlados, conforme se pôde observar a partir da prática política dos cidadãos ativos. Sobre esse aspecto, a inexistência de um Poder Judiciário autônomo e independente do Executivo teve peso decisivo. A falta de imparcialidade dos juízes no exercício de suas funções e, conseqüentemente, o comprometimento dos direitos civis ficam evidenciados no termo corrente na época “o juiz nosso”, nas fraudes presentes na etapa de qualificação dos eleitores e nos pedidos encaminhados a Nilo Peçanha para concessão de habeas-corpus em épocas eleitorais ou para obtenção de sentenças favoráveis em processos judiciais<sup>58</sup>, beneficiando elementos protegidos por chefias locais. Nem mesmo Alberto Torres, um dos maiores críticos do modelo político vigente, escapou de ser peça no tabuleiro desse jogo de barganhas em que, a despeito de fazerem parte atores com cacifes políticos diferentes, sempre estava aberta a possibilidade (maior ou menor) de obter acesso a algum benefício.

O voto, por seu turno, a materialização do direito político, assumia mais um caráter de moeda de troca do que o sentido de tradução de escolhas políticas baseadas em afinidades ideológicas. Até porque se trata de uma época em que situação e oposição eram mais importantes do que ideologias partidárias, conforme vimos no capítulo anterior. Por outro lado, ainda que utilizado de forma bastante diferente do papel que deveria ter em um sistema democrático representativo, embora definitivamente não fosse o caso, não se pode negar que os cidadãos ativos lhe atribuíam algum valor,

caso contrário não seria um elemento de troca. Sob esse aspecto nem mesmo as práticas fraudulentas o destituíam por completo de seu valor, como propôs Paul Cammack.

Em meio a essa dinâmica política, o Estado acabava funcionando como uma espécie de porta de salvação, “um pai de todos”, no sentido de ser aquele que a todos provia e a quem recorriam não só os chefes locais mas também o cidadão comum, sem maior projeção no campo político, para a solução de diferentes problemas, apesar da vocação liberal professada na Carta vigente. Com isso, expandia a sua influência, mediante o comprometimento dos direitos que compõem a cidadania, e transformava-se em um ator político próprio.<sup>59</sup> Tendência que avança na década de trinta, com o governo Vargas. Mas, se a máquina do Estado crescia com o aumento da burocracia, aumentava também o déficit público e a dificuldade de equilibrar as finanças, configurando aquele que talvez tenha sido o grande dilema já enfrentado por Nilo Peçanha na sua primeira gestão como governador do Rio, ou seja, o de promover a racionalização da máquina administrativa sem comprometer sua base política e, se possível, ampliando-a por meio de práticas coronelísticas e clientelísticas. O problema é que, lançando mão desses expedientes, comprometia-se o primeiro objetivo.

É claro que em meio a esse quadro do funcionamento do sistema político, em que a política era muito mais do que “a arte de conseguir colocações”, havia vozes propondo uma série de medidas com vistas a livrá-la da velha fórmula “Vícios privados,

virtudes públicas”, como provam as cartas, sempre confidenciais, do político mineiro Feliciano Penna, enviadas na época em que Nilo ocupava a presidência da República.<sup>60</sup> O conteúdo dessas missivas é, em última instância, revelador das diferenças assinaladas entre as práticas políticas no período – que, ao tecerem a trama das relações cotidianas, apontam para antigos vícios, que faziam com que o público se transformasse numa extensão da esfera do privado, estimulando, conseqüentemente, o conflito –, e as representações da política – em que essa atividade adquire contornos que a colocam próxima à idéia de administração das coisas marcadas pela busca de harmonia e conciliação – traços, aliás, presentes ainda hoje na cultura política brasileira.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações apresentadas aqui não nos levam a romper de forma definitiva com o modelo da representação de interesses defendido por Paul Cammack, que postula a

existência de uma estreita associação entre setores dominantes e o controle do Estado na Primeira República e constitui um contraponto à tese do patrimonialismo de Raimundo Faoro. Compartilhamos, contudo, da perspectiva esboçada por alguns autores em trabalhos recentes, que consideram o Estado no período como um ator político diferente da noção simplista que o concebe como uma espécie de “comitê executivo da classe dominante”.<sup>61</sup> É nítida ainda a necessidade de novos estudos que aprofundem as relações entre classe dominante e Estado, no período. É preciso igualmente repensar a premissa de decadência econômica dos coronéis no modelo coronelista para o caso paulista, já que o estado de São Paulo tinha a economia mais dinâmica do país, no período. Ainda assim, com sua tese, Victor Nunes não desafiou a lógica nem a história, conforme afirmou Paul Cammack. O que o autor do clássico **Coronelismo, enxada e voto** na verdade fez foi fornecer-nos importantes instrumentais para o desvelamento da lógica que regia a dinâmica do sistema político na Primeira República. ■

### Notas

\* Este trabalho é uma sinopse de algumas considerações desenvolvidas em minha dissertação de Mestrado defendida no PPGHIS/UFRJ, em janeiro de 1997, sob o título: **Formas de Articulação Política na Primeira Década deste Século: O Caso Fluminense Através da Correspondência de Nilo Peçanha.**

\*\* Doutoranda do PPGHIS/UFRJ e Pesquisadora Associada do Núcleo de Pesquisas e Estudos

Históricos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (NPEH/UFRJ).

- 1 LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1948.
- 2 PAULA, Isabel de “Coronelismo, aposentadoria e voto: a fórmula da fraude eleitoral na zona rural”. O Globo, Rio de Janeiro, 4 de jun. 1995, O País, p.12.
- 3 CARVALHO, José Murilo de. “Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual”. In: **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, RJ, vol. 40, n. 2, 1997, pp. 229-250.

- 4 QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. "O Coronelismo numa interpretação sociológica". In: FAUSTO, Boris (org.) **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: Difel, 1975, T. III, vol 1, pp. 155-190; PANG, Eul Soo. **Coronelismo e Oligarquias, 1889-1943. A Bahia na Primeira República do Rio de Janeiro: Civilização Brasileira**, 1979.
- 5 TELAROLLI, Rodolpho. **Poder local na República Velha**. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1977 (Col. Brasileira); MARTINS FILHO, Amilcar Vianna. "Clientelismo e Representação em Minas Gerais durante a Primeira República: Uma crítica a Paul Cammack." In: **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 27, nº 2, 1984, pp 175-197; \_\_\_\_\_. **The White Collar Republic: patronage and interest representation in Minas Gerais 1889 – 1930**. Illinois-Texas: University of Illinois, 1987. (Tese de Doutorado)
- 6 CAMMACK, Paul. "O Coronelismo e o compromisso coronelista: uma crítica" In: **Cadernos do Departamento de Ciência Política**. Belo Horizonte, nº 5, mar. 1979, pp 1-20.
- 7 Carta de Belarmino Mendonça enviada em 31/12/1903. Arquivo Nilo Peçanha.
- 8 RIBEIRO, João Ubaldo. **O Venerável Pistolão**. O Globo, Rio de Janeiro, 28 de nov. 1995. Opinião, p. 7.
- 9 Ibidem.
- 10 GRAHAM, apud CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma Discussão Conceitual. Paper presented to the Symposium on "National-Building in Latin America. Conflict Between Local Power and National Power in the Nineteenth Century" in honour of the retirement of Raymond Buve, Leiden, 20-21 April, 1995, p. 13-14. O uso do conceito de clientelismo por Richard Graham foi criticado por José Murilo neste artigo. De acordo com o historiador mineiro, uma relação clientelística implica troca entre atores de poder desigual, sendo o Estado a parte mais poderosa; não faz sentido, assim, Graham falar do clientelismo como marca do sistema político imperial e considerar este mesmo sistema como um sistema controlado pela classe dominante rural.
- 11 Ver CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Cia das Letras, 1987.
- 12 Ibidem, p. 65.
- 13 Este índice poderia ser ainda maior, caso fossem computados os pedidos relativos à inclusão de nomes de candidatos nas chapas oficiais dos pleitos realizados no período.
- 14 Aqui só podemos levantar a hipótese da intensificação dos pedidos de benefícios em períodos de eleição, sem comprová-la empiricamente, pois trabalhamos apenas com a correspondência de meses e anos eleitorais.
- 15 FERREIRA, Marieta de Moraes. "A Reação Republicana e a Crise Política dos Anos 20". In: **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 6, n.11,1993, pp.9-23.
- 16 VENEU, Marcos Guedes. "Enferrujando o Sonho: Partidos e Eleições no Rio de Janeiro, 1889-1895. In: **Dados Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, vol. 30, nº 1, 1987, p. 67.
- 17 AZEVEDO, Arthur. **O Rio de Janeiro em 1877**.
- 18 BARRETO, apud AIEX, Anoar. **As idéias sócio-literárias de Lima Barreto**. São Paulo: Vértice, 1990, p. 78.
- 19 Carta de Joaquim Mariano de Oliveira, enviada em 27/12/1906. Arquivo Nilo Peçanha.
- 20 Carta de Ant<sup>o</sup> Dias Furtado, enviada em 20/07/1906. Arquivo Nilo Peçanha.
- 21 Ver cartas de Antônio de Almeida Bento e de A. Moreira da Silva, enviadas, respectivamente, em 07/01/1906 e 01/12/1906. Arquivo Nilo Peçanha.
- 22 Carta de Admardo Torres e Irmão, enviada em 12/07/1906. Arquivo Nilo Peçanha.
- 23 A nomeação foi ordenada no verso da própria carta assim constando: "Nota: Attendido o Sr. Euclides da Cunha foi nomeado lente de Lógica do Gymnasio Nacional." A assinatura é de F. Bastos. Ver carta de Coelho Neto, enviada em 03/07/1909. Arquivo Nilo Peçanha.
- 24 Carta de Laurindo R. de Andrade, enviada em 24/07/1906. Arquivo Nilo Peçanha.
- 25 Embora um convite para padrinho de batismo não se constitua exatamente o que se pode chamar de



um benefício, não se pode negar que, no período, ter Nilo Peçanha como compadre era um trunfo político de grande monta. Ver cartas de Sergio Pitta, enviada em 10/12/1903 a Nilo Peçanha, e de Aristarcho Xavier Lopes, na qual o missivista escreve: "... Cedendo aos impulsos espontâneos de admiração e amizade que dedico a V.Ex<sup>a</sup>, como um dos estadistas mais illustres e a quem acha-se destinado, naturalmente, a solução de problemas mais delicados da nossa vida política, venho convidá-lo a ser padrinho do meo filinho Christovão, porque desejo que elle veja na pessoa de V.Ex<sup>a</sup> um exemplo digno de ser imitado, procurando, mais tarde, inspirar-me na sua attitude patrioticas revelada sobretudo no brilhantissimo governo do Estado do Rio de Janeiro..." Carta enviada em 11/07/1906. Arquivo Nilo Peçanha.

- 26 Sobre esta questão, Feliciano Penna comentou: "[...] Ha pouco tempo no Senado appareceu projeto mandando abrir crédito illimitado para o governo comprar quadros e bugingangas da viúva de Arthur Azevedo. Vê se bem que não se tem outra cousa em vista senão encher o bandulho dessa respeitavel patricia á custa do Thesouro, do qual todo mundo dispõe como de roupa de francês. Quiz dar combate a esse projecto, quando um amigo me disse que V. se interessava pela passagem do mesmo, o que me fez propor apenas que ao menos se limitasse a crédito, que eu achava que, sendo de dez contos, já era excessivo, mas que a commissão entendeu elevar a 30..." Ver carta de Feliciano Penna, enviada em 23/07/1909. Arquivo Nilo Peçanha.
- 27 As palavras de F. Antônio Almeida Bento espelham claramente essa orientação: "Meu prezado Amigo e Prestimoso Chefe Dr. Nilo Peçanha, Venho dar-lhe mais uma cacetada, porém o que fazer? V<sup>a</sup> Ex<sup>a</sup> é meu chefe, meu correligionário, e eu só tenho o direito de pedir aos meus..." Carta enviada em 07/01/1906. Arquivo Nilo Peçanha.
- 28 CAMMACK, Paul. "O coronelismo e o compromisso coronelista: uma crítica." In: **Caderno do Departamento de Ciência Política**. Belo Horizonte, n. 5, mar. 1979, pp. 1-20.
- 29 Ibidem, p. 4 e 5.
- 30 Ibidem, p. 11.

31 Ver CARVALHO, José Murilo de. "Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma Discussão Conceitual". p. 13

32 RIBEIRO, João Ubaldo, op. cit., p. 7.

33 O modelo de análise que se generalizou assumiu a perspectiva do "desenvolvimento político". Nessa abordagem, os estágios de desenvolvimento são basicamente três: sociedades tradicionais, sociedades em transição e sociedades politicamente desenvolvidas. A maioria dos trabalhos dedica-se à avaliação das consequências do desenvolvimento econômico e social sobre a estrutura de poder existente e a comparar essas estruturas transitórias com os sistemas políticos mais desenvolvidos, além de apreender as interpenetrações entre os diferentes estágios. Para essa discussão ver: AVELINO FILHO, George. "Clientelismo, e Política no Brasil." In: **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo, n. 38, março 1994, p.225 e 226.

34 Ibidem, p. 226.

35 CARVALHO, J. M. de. Op. cit., p. 5.

36 LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo: Alfa Omega, 5. Ed. 1986, cap. 1.

37 Apesar de autores como J. Murilo, além, é claro, de Victor Nunes, considerarem a premissa da decadência dos donos de terra válida, e defenderem que o sistema coronelista atingiu a perfeição em São Paulo e Minas Gerais, contribuindo para o domínio exercido por estes dois estados na política nacional é difícil aceitá-la, particularmente no caso paulista, já que, em função da cafeicultura, São Paulo tinha uma das economias mais dinâmicas do país.

38 CAMMACK, P. op. cit., p. 5.

39 Carta de Francisco Thiago Alvez, enviada em 11/12/1906. Arquivo Nilo Peçanha

40 Carta de A. Pimenta, enviada em 03/07/1903. Arquivo Nilo Peçanha.

41 Essa mudança de tendência será discutida mais adiante.

42 Carta de Galvino de Noel, enviada em 15/1/1906. Arquivo Nilo Peçanha.

43 Ver carta de um missivista, cuja assinatura não foi reconhecida, enviada em 19//01/1906, na qual ele comenta: "... Pretendo o logar de Juiz

R  
E  
V  
I  
S  
T  
A  
  
D  
E  
  
H  
I  
S  
T  
Ó  
R  
I  
A  
  
.  
.  
.  
.  
.  
.  
.  
.  
.  
.

Municipal de Cantagallo a Dr. João G. Rodrigues Torres, do Carmo. É parente do Honório e para o servir tem ido além do que lhe permite o dever, pois na ocasião em que esteve, inteiramente na presidência da Comissão de alistamento até os livros mandava ao Presidente da Câmara para que elle os retirasse a tempo que quizesse para suas conferências, além de outros favores pouco compatíveis com a execução de seus deveres..." Arquivo Nilo Peçanha.

44 Ver carta de André Werneck, enviada em 14/07/1906. Arquivo Nilo Peçanha.

45 Carta de Theophilo dos Santos, enviada em 12/12/1903. Arquivo Nilo Peçanha

46 Carta de Eduardo José de Moraes, enviada em 15/01/1906. Arquivo Nilo Peçanha.

47 Referimo-nos às verbas relativas ao imposto de indústria e profissões, que deixou de ser arrecadado pelos municípios com a Reforma da Constituição estadual de 1903. A fragilidade econômica dos municípios e sua dependência com relação a recursos do estado no período é evidenciada nas cartas do Barão de Miracema, M.C. Ferreira Landim, Raul Bastos de Macedo e Henrique Borges enviadas respectivamente em 20/01/1906, 12/12/1906, 16/12/1906 e 09/12/1906. Arquivo Nilo Peçanha.

48 QUEIROZ, M. Isaura Pereira de. "O coronelismo numa interpretação sociológica". In FAUSTO, Boris, (org.) **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: Difel, t. III, v.1, pp.155-190.

49 CARVALHO, J. M. de. Op. cit., p.3.

50 Esse tipo de coronel é uma espécie de marca registrada nos romances de Jorge Amado.

51 Carta de Honorio Pacheco, chefe político em Cantagalo, enviada em 08/02/1903. Arquivo Nilo Peçanha.

52 O coronelismo fica mais evidente nas relações entre chefes políticos locais e governadores e/ou oligarcas, o que justifica o fato de, quando Nilo ascende à presidência da República, predominarem práticas de natureza clientelística.

53 Para elucidar essa questão, tomamos como base um conjunto de cartas que têm como objetivo central cumprimentar Nilo pela posse de cargos do Poder Executivo, embora também tenham sido utilizadas outras missivas, como as de Henrique Leão Teixeira, Bellarmino de Mendonça e Antônio de Almeida Bento, enviadas, respectivamente, em 02/12/1903, 31/12/1903 e 07/01/1906. Arquivo Nilo Peçanha.

54 Ver carta citada na nota anterior.

55 Mais um dado pode ser acrescentado no sentido de confirmar o exposto: há quase uma unanimidade na maneira como os missivistas subscrevem suas missivas. As palavras que mais aparecem conjugadas são amigo e correligionário.

56 Carta de Henrique José Lourenço, enviada em 26/07/1906. Arquivo Nilo Peçanha. É necessário enfatizar esses modelos de comportamento ligados a determinados status ou posição na estrutura social, pois revelam importantes aspectos da cultura e da sociedade da época, não sendo a cultura política alheia aos mesmos.

57 MARSHALL, apud CARVALHO, J. M. de. **A Construção da Cidadania no Brasil**, p. 3.

58 Ver quadro nº 3.

59 Para uma discussão em torno dessa temática ver: REIS, Elisa Pereira. "Interesses agro-exportadores e construção do Estado: Brasil de 1890 a 1930. In: SORJ, Bernardo, CARDOSO, F. Henrique (org.) **Economia e movimentos sociais na América Latina**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

60 Ver cartas de Feliciano Penna, enviadas em 07/07/1909 e 23/07/1909. Arquivo Nilo Peçanha.

61 REIS, Elisa Pereira. "Interesses agro-exportadores e construção do Estado: Brasil de 1890 a 1930". In: SORJ, Bernardo, CARDOSO, Fernando Henrique (org.) **Economia e movimentos sociais na América Latina**. São Paulo: Brasiliense, 1985; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Em busca da Idade de Ouro: as elites políticas fluminenses na Primeira República (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.